

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT10.031

REFLEXOS A RESPEITO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PERÍODO DA PANDEMIA NO BRASIL: OLHARES SOBRE ALAGOAS

*DEYVID BRAGA FERREIRA**GEISA CARLA GONÇALVES FERREIRA**VANESSA SÁTIRO DOS SANTOS*

RESUMO

Neste trabalho destacam-se as problemáticas causadas pela pandemia da covid-19 na Educação Brasileira a qual teve que modificar os seus processos para se adaptar ao novo normal. O presente artigo objetiva promover a reflexão sobre a educação especial no período dos anos de pandemia e de forma geral historicizar sobre o atendimento escolar especializado, para o desenvolvimento de uma educação inclusiva no contexto da escola regular. Especificamente relatamos as consequências da pandemia para a prática educacional inclusiva e do atendimento escolar especializado, mapeamos as práticas do AEE na educação especial para o desenvolvimento de uma educação inclusiva nos tempos de pós- pandemia. Metodologicamente nos pautamos na abordagem qualitativa, com base em uma pesquisa bibliográfica, tendo os seus resultados tratados pela análise de conteúdo. Discutimos sobre o atendimento escolar especializado e as suas especificidades, a pandemia da covid-19 e as suas consequências na sociedade alagoana, e por fim, a análise e discussão dos resultados. Nos resultados contextualizamos uma educação sucateada, despreparada para o enfrentamento de situações adversas, que, em suas práticas para a resolução de problemas, tem como subterfúgio a utilização de condutas paliativas que negligenciam ações que realmente possam resolver os problemas, agravando a oferta sazonal de um atendimento educacional especializado já em colapso.

Palavras- chave: Avaliação. AEE. Pandemia. Educação. Alagoas.

ABSTRACT

This work highlights the problems caused by the covid-19 pandemic in Brazilian Education, which had to modify its processes to adapt to the new normal. This article aims to promote reflection on special education during the pandemic years and, in general, historicize specialized school services, for the development of inclusive education in the context of regular schools. Specifically, we report the consequences of the pandemic for inclusive educational practice and specialized school services, we map AEE practices in special education for the development of inclusive education in post-pandemic times. Methodologically, we are guided by a qualitative approach, based on bibliographical research, with its results treated by content analysis. We discussed specialized school services and their specificities, the Covid-19 pandemic and its consequences on Alagoas society, and finally, the analysis and discussion of the results. In the results we contextualize a scrapped education, unprepared to face adverse situations, which, in its problem-solving practices, has as a subterfuge the use of palliative behaviors that neglect actions that can actually solve the problems, worsening the seasonal supply of a specialized educational provision already in collapse.

Keywords: Assessment. AEE. Pandemic. Education. Alagoas.

INTRODUÇÃO

Na jornada acadêmica nos deparamos com desafios enfrentados pela educação inclusive a especial, por termos o conhecimento de que no país há uma legislação voltada somente para ela a qual não é contemplada em âmbito real surge a urgência em destrincharmos esta temática pelos tempos turbulentos que passamos com a pandemia do Corona Virus o qual marca a atualidade com notas de dor e pesar.

Em cada época histórica a sociedade e, por consequência, seus membros, se modificam, contudo, o que permanece desde a era moderna é a importância da Educação em âmbito social, isto porque, ela é responsável por moldar o sujeito para que ele atenda os seus anseios. Sabendo desta relação sujeito-sociedade, após a revolução industrial, novos sujeitos ganharam notoriedade e com eles novas demandas.

Dentre estes novos sujeitos, no século XX um começa a requerer novas demandas, este ser social é a pessoa com deficiência. Este movimento advém da percepção de que este sujeito é tão capaz e funcional quanto os ditos “normais”. Claro, para se chegar a este entender foram séculos de luta e estudos.

Uma das demandas era a instrução deste público, então, como toda a instituição a Educação teve de criar um modelo para que esta parte da população fosse atendida, e assim, surge por meio de lei o aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) o qual é o atendimento feito no contraturno para alunos aos quais precisam de acompanhamento extraclasse para se desenvolver adjunto aos pertencentes ao mesmo ano de ensino.

Entretanto, quando implementado no espaço escolar nota-se através de pesquisas, inclusive publicadas na Revista Brasileira de Inclusão, na observação ocorrida no estágio obrigatório, como também durante a disciplina de educação especial do curso, problemas na implementação da Educação Inclusiva de diversas naturezas, voltada inclusive para a prática docente. Tendo conhecimento desta problemática evoca a resposta da seguinte questão norteadora: Como a Educação inclusiva está sendo realizada no espaço escolar na pandemia?

Partindo desta questão norteadora, este estudo traz como objetivo geral: Analisar o Atendimento Escolar Especializado para o desenvolvimento de uma educação inclusiva no contexto da escola regular na pandemia da COVID-19. E, como objetivos específicos:

1. Relatar as consequências da pandemia para a prática educacional inclusiva e do Atendimento escolar especializado;
2. Mapear as práticas do AEE na Educação Especial para o desenvolvimento de uma educação inclusiva nos tempos de Pós-pandemia.

A metodologia de estudo visa auxiliar o pesquisador no decorrer da pesquisa, apresentando os métodos e o caminho percorrido para ser construído um trabalho científico. Então, analisando e percebendo a questão metodológica como parte integrante do fazer científico, é de ciência, que há todo um caminho a ser percorrido quando o *lócus* do estudo perpassa pelo homem e suas relações, uma vez que, diferente de um objeto inanimado, o homem é um ser complexo, dotado de vontade, racionalidade e subjetividade. (GIL, 2010)

Este prisma é o que diverge o homem dos demais animais, desta maneira, tendo este conhecimento é inviável levar o ser humano a um laboratório e observá-lo, isto porque, o entender a humanidade vai além do ato de puramente observar, a imersão tem de ser maior, partindo da aproximação entre pesquisador e pesquisado para se ter acesso a racionalidade, e, por conseguinte, a subjetividade.

O trabalho se justifica primeiramente pelo fato de que para se ter soluções de problemas é necessário conhecer a realidade e este trabalho se propõe a aferi-la, secundamente pela melhoria da qualidade de ensino, na formação de professores, e por conseguinte, na academia, uma vez que, publicado estes resultados a universidade pode refletir os seus processos formativos.

O ATENDIMENTO ESCOLAR ESPECIALIZADO E SUAS ESPECIFICIDADES

O desenho da sociedade atual começa a ser esboçado na segunda metade do século XVIII na Revolução Industrial, sendo um dos pontos de passagem da Idade Média para a era Moderna. A tipologia de sistema que se desenvolve a partir deste evento deságua em um esboço de homem que cria uma relação com o trabalho e a natureza de maneira diferenciada. (MARX, 2007).

Este novo molde de sociedade desponta outras dicotomias as quais demonstram a evolução do ser humano e o seu nicho de vivência, e uma delas é o surgimento de novos sujeitos sociais, isto porque, desde a antiguidade os quadros de segregação social são um marco na historicidade do homem.

Com o advento da Revolução Industrial, a ciência desponta como norteadora das práticas sociais fazendo com que estudos se realizassem e novas descobertas viessem a conhecimento, possibilitando a estes novos sujeitos uma vida digna, longa e cheia de possibilidades, sendo um desses sujeitos a Pessoa com Deficiência (PCD).

A história da pessoa com deficiência apresenta um enredo marcado pelo descaso, o esquecimento e o abandono. Isso se deve primeiramente, a demora do homem em compreender os processos de alteridade, que é o enxergar o outro, desta forma o vocábulo diferença é:

Aplicado a pessoas, o vocábulo/diferença é, particularmente, polissêmicos e polifônicos [...]em que se apoia em alguns "marcadores" tais como: gênero, classe social, geração, raça, etnia, características físicas, mentais e culturais, segundo diferentes conotações. (CARVALHO,2005, p.2).

O paradigma de suporte foi uma etapa onde o olhar se amplia para o fato o qual o deficiente não é menos capaz, ele somente tem de percorrer outro caminho para alcançar seus objetivos. Assim, paradigma de suporte vem com o prisma de adaptação da sociedade ao indivíduo, claro, não de olhá-lo como coitado e sim de uma pessoa que precisa de ferramentas as quais possibilitem a integração social, ou seja, não é a pessoa com necessidades especiais que tem de se adaptar a sociedade e sim a sociedade ter meios para a sua integração.

No século XIX uma surge uma nova proposta em termos de sociedade, a qual promoveu através de suas descobertas a inserção de novos sujeitos dentro da esfera social, os quais outrora eram esquecidos, sendo as crianças e as pessoas com deficiência. A partir deste novo contexto social as instituições tiveram de adaptar as suas estruturas, tanto físicas quanto profissionais, para atenderem este novo público.

Tendo em vista que a Constituição Federal, carta magna do Brasil, é bastante abrangente, com o passar do tempo começa-se a perceber que para abarcar o público da educação especial se tinha de ter a princípio uma legislação específica a qual os definisse e outorgasse de maneira clarificada os seus direitos e deveres.

Esta reflexão veio com a participação de Conferências realizadas pelas Organizações das Nações Unidas (ONU) vinculadas a Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO), estas convenções ocorreram na Tailândia por titulação Conferência Mundial de Educação para Todos, a qual originou

a Declaração de *Jomtien* (UNESCO, 1990) que incutiu a ideia de uma educação que priorizasse a todos os sujeitos escolares, incluído a pessoa com deficiência.

A referida declaração fomentou o esboço de uma escola com igualdade de condições a qual preconiza: “As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência.” (UNESCO, 1990, p. 4).

A partir disto, inicia-se um processo de modificação no espaço escolar desenvolvendo dentro dos seus espaços uma instituição plural e inclusiva, dando à igualdade as rédeas do sistema educacional, e a comunidade escolar a ciência que ser diferente é normal.

A Declaração de Jomtien foi pioneira ao propor um embolso de uma escola agregadora, de uma como visão do aluno como um cidadão do mundo, um ser plural capaz de intervir na sociedade e pensar por ela. Outra inspiração é a Declaração da Salamanca, criada na

Conferência Mundial de Educação Especial, que diz que: acesso e qualidade (1994), na Espanha, a qual exige em seu texto qualidade no ensino para o alunado por acreditar que: “[...] um ensino de qualidade por meio de um adequado programa de estudos, de boa organização escolar, criteriosa utilização dos recursos e entrosamento de suas comunidades” (UNESCO, 1994, p. 23). É o caminho mais fácil para o desenvolvimento de uma nação.

Partindo dessas conferências e com base neste e outros estudos e em moldes das escolas do mundo inteiro, foi criado nas escolas brasileiras um novo jeito de se educar que é construído através de um sistema inclusivo o qual abarca a Pessoa com Deficiência que primeiramente: “por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado.” (GLAT; FERNANDES, 2005, p.1)

O público-alvo destas transformações são as pessoas com deficiência as quais de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 no art. 2º, § 1º se caracterizam: “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial[...]” (BRASIL, 2015, p.12).

Visando a inclusão destes sujeitos, como medida inicial cria-se a Política Nacional de Educação Especial, que com uma visão integracionista a qual de maneira restritiva permite o acesso da pessoa com deficiência ao ensino regular possuindo: "(...) condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos "normais". (MEC/SEESP, 1994, p. 19).

Objetivando abranger esses indivíduos de forma mais completa, a lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/96) Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no art. 1º § 1º § 2º e art. 2º reflete que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 2023, p.1).

Neste trecho a lei percorrida assinala que a educação nível de Brasil, descrevendo o processo educacional como servente para prática social e para o mundo do trabalho coadunando com os dizeres dos teóricos sociais mencionados. Com o enfoque nesta concepção, é ressaltada a sua influência no modo que o ensino público foi pensado para a escola brasileira, testemunhando a vitória de uma batalha vencida por meio de estudos, fazendo com que a legislação brasileira modificasse o curso da sala de aula.

Inclusive, a Lei detalha até a formação dos seus funcionários e o tratamento para com o aluno, classificando-o como sujeito central da aprendizagem e o currículo dentro do espaço escolar através das competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com suas competências, que dentre elas consta: "[...] Utilizar conhecimentos das linguagens verbal (oral e escrita) e/ou verbo-visual (como Libras), corporal, multimodal, artística, matemática, científica, tecnológica e digital para expressar-se e partilhar informações, experiências [...]" (BRASIL, 2018, s/p).

O legislativo não consegue de uma vez só amparar todas as especialidades do alunado, todavia, através das suas ementas procura proporcionar um ambiente inclusivo ao espaço escolar objetivando a igualdade entre os sujeitos, uma vez que, procura dar cumprimento à lei maior do Estado brasileiro que é a Constituição Federal de 1988 a qual diz que: "[...] São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência

social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2023, p.11-18).

Ou seja, pela força da Constituição se pode compreender que a comunidade escolar como não é um mero coadjuvante na trama institucional, o discente é o protagonista, e apesar dos percalços, as leis que são feitas para o âmbito escolar descendem de um entendimento anterior procurando aperfeiçoar os detalhes.

É por mencionar os princípios responsáveis por reger o ambiente de ensino, estas são as leis, Lei 9131/95 que criou o Conselho Nacional de Educação, Lei 10172/01 a qual outorga o Plano Nacional de Educação, Lei 9394/96 de diretrizes e Bases da Educação e a Base Nacional Curricular (BNCC) 2018 as quais diretrizes e metodologias são voltadas para a garantia de sua aprendizagem, são oriundas da Constituição Federal respeitando a sua cultura, linguagem e sua língua (no caso do Surdo). (BRASIL, 2018, s/p).

Assim, a acessibilidade invade as camadas da educação onde se criaram mecanismos para que o aluno tivesse acesso ao direito universal, o da Educação. Cunhando fazer esse direito conquistado real em âmbito escolar, fora necessário que se garantisse por lei modificações no ambiente escolar, assim, surge o Atendimento Escolar Especializado (AEE) através do art.58 §2º o qual reza: “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.” (BRASIL, 2018, p. 39).

Esse atendimento é feito no contraturno buscando preencher as lacunas que a escola regular não consegue, objetivando promover a inoculação do conhecimento para a Pessoa com Deficiência com condições igualitárias pareáveis a do não deficiente. Buscando alcançar o aprendizado, além da criação do AEE, as adaptações do currículo tiveram de ser feitas o art.59 da LDB/96 estabelece que, “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; [...]” (BRASIL, 2019, p.40).

A partir deste entender, o aluno alvo da Educação Especial pode ser abarcado, e, por conseguinte, o seu direito a educação garantido, no entanto, o que ressalta aos olhos e desperta a curiosidade é como e de qual forma este atendimento é feito e como ele foi trabalhado na pandemia da covid 19.

A PANDEMIA DA COVID-19 E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA SOCIEDADE ALAGOANA

O Atendimento Escolar Especializado é uma conquista de imensa relevância para a Pessoa com Deficiência, uma vez que, promove para este alunado condições de prosseguir na jornada acadêmica em igualdade como frisado acima. Este entendimento emerge de uma nova concepção de escola a qual em suas dependências abarca o lugar mais eclético do mundo. (ALVES, 2021).

Todavia, essa escola apoiada na diversidade só foi possível pela formação da escola inclusiva por entender que: “Na escola a diversidade ecoa, não apenas no âmbito da ânsia de aprender, mas também em relação aos desejos, angústias, dores, desigualdades que se apresentam, e, até mesmo das potências.” (ALVES, 2021, p. 186).

E em se tratando de inserir estratégias e de metodologias, é de ciência que uma das mais utilizadas são as tecnologias assistivas, visto que, a sociedade atual tem como base de seus processos a ciência e a tecnologia. E sabendo que a pessoa com deficiência é hoje um sujeito social, tanto o campo científico como o tecnológico, debruçam parte dos seus estudos para a promoção de dignidade, e, por conseguinte, de direito para estas pessoas.

Como mencionado mais cedo, isso se deve a ciência a qual permitiu com que o homem vivesse melhor a partir de suas descobertas, criando um mundo onde doenças são curáveis, os alimentos são produzidos em larga escala e as tecnologias são responsáveis para que seus processos sejam feitos de maneira rápida e eficaz.

Para os cidadãos viventes na sociedade pós-moderna, as pandemias eram um histórico distante, uma vez que, na atualidade as ciências davam a segurança de que a maioria das doenças poderiam ser estudadas e combatidas, contudo, em 2019 esta concepção vinha a sofrer um colapso, pois, um novo vírus oriundo da China se espalhou pelo mundo fazendo vítimas.

No dia 31 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o novo surto da COVID-19 se constitui como uma Emergência de Saúde Pública Internacional (ESPII) de mais alta gravidade (OPAS, 2020), assim, o órgão chama a atenção do mundo para a nova doença que neste momento estava fazendo vítimas não somente na China, mas também, em vários países.

Com o sazonal caótico desenvolvido, devido a não se ter achado até então uma profilaxia para a contenção da doença, a OMS começou a esboçar seus estudos para este fim, e descobre que o vírus é altamente transmissível, pois se aloja em diversas superfícies tendo uma maior durabilidade tanto fora do corpo quanto dentro do organismo humano, matando suas vítimas com sete dias de infestação. A única profilaxia que poderia contê-lo seria o álcool 70 e distanciamento social. Com estas primeiras descobertas, a OMS recomendou aos países que encerrassem todas as suas atividades e entrassem em quarentena.

A pandemia chega ao Brasil com toda a força, e como em todo o mundo, fazendo um número relevante de vítimas. Por causa do número crescente de mortos pelo até então novo vírus a OMS iniciou seus esforços para conter a proliferação da covid 19 partindo das recomendações de medidas de distanciamento social, higiene, de quarentena e na busca por uma cura.

Partindo desse pressuposto, o governo brasileiro busca a formação de uma força tarefa para aprovar medidas emergenciais para a contenção da doença, que no país fora responsável por 665. 210 mortes e em escala mundial por mais de 6 milhões (PORTAL G1), e as primeiras ações foram a obrigatoriedade do uso de máscara tampando o nariz e a boca, o uso do álcool em gel 70% nas mãos e objetos, o não compartilhamento de objetos pessoais, o distanciamento social de 2 metros entre uma pessoa e outra, o fechamento do comércio com exceções, deixando somente em funcionamentos os tidos como essenciais como mercados, e alguns estabelecimentos públicos com capacidade reduzida.

Visando a contenção do vírus até o momento desconhecido a federação brasileira toma as seguintes decisões:

Foram disponibilizados, em 2020, R\$ 113,4 bilhões para transferências fundo a fundo aos Estados, aos Municípios e ao DF, dos quais R\$ 33,2 bilhões especificamente para o enfrentamento da Covid-19. Autorizados em 2021, 17.749 leitos de UTI, com investimento de R\$ 1,1 bilhão. Distribuídos mais de 357,8 milhões de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Disponibilizados 16.966 ventiladores pulmonares, pelo Ministério da Saúde. Contratação de mais de 562 milhões de doses de vacinas até o final deste ano que permitem a vacinação de toda a população que for voluntária. Envio de 38,8 mil m³ de oxigênio hospitalar em estado gasoso (para envasamento em cilindros) e mais 1,2 milhão de m³ do gás em estado líquido (destinados a isotanques, entre outros tipos de envases). Auxílio Emergencial pago para 67,9 milhões de brasileiros em vulnerabilidade social. Digitalização de quase 700 serviços públicos

federais durante a pandemia da Covid-19. Cerca de 10 milhões de empregos preservados mediante mais de 20 milhões de acordos trabalhistas, por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm). Até 4 de janeiro de 2021, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) já havia concedido crédito para mais de 500 mil empresas, com investimento de mais de R\$ 37 bilhões. A MP 975/2020 (Convertida na Lei nº 14.042, de 2020) criou o Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) para empresas de pequeno e médio portes, sendo disponibilizados mais de R\$ 92 bilhões em crédito. Repatriados mais de 27,5 mil brasileiros de 107 países. (BRASIL, 2021, s/p).

Partindo desta situação, o governo do Brasil após divergências políticas que desaguarão em uma ação do Superior Tribunal Federal (STF) transfere a responsabilidade da federação para cada Estado adjunto a seus governadores no que restringe a administração das medidas contra o covid 19, administrando conforme a realidade de cada estado confederado. Assim, neste trabalho se torna necessário que se aborde a questão do estado de Alagoas e sua capital, sendo um demonstrativo das ações governamentais ocorrida nos Estados.

Então, na pessoa do prefeito Rui Palmeiras, começa a dispor de decretos visando à contenção da corona vírus. Como primeira medida, no dia 18 de março de 2020 decreta estado de emergência na Saúde do Alagoas decretando assim dentre outras medidas a suspensão das atividades letivas por 15 dias como mostra a reportagem do governo de estado.

Com o agravo, e, por conseguinte, o aumento do número de vítimas esta restrição se intensificou sendo assim no Decreto nº 8. 849 de 18 de março de 2020 de Alagoas regiam punição para quem descumprisse as recomendações da OMS. Os óbitos por covid 19 aumentavam e os insumos para o tratamento diminuía ao ponto de que em alguns lugares do país não terem coisas básicas como oxigênio e leitos nos hospitais.

Com a imunidade de rebanho atingida que é o estágio onde a maioria de uma população adquire imunidade contra o vírus e ganha resistência, a sociedade brasileira, especificamente a nordestina, relaxam a quarenta e começam a voltar as suas atividades, o governador Renan Filho de Alagoas faz um pronunciamento no dia 19 de junho de 2020 discorrendo sobre a flexibilização e o retorno gradativo das atividades do Estado (UOL, 2020).

Entretanto, sem que se tenha sequer achado uma cura para a doença, o vírus sofre mutação fazendo mais vítimas, e com o quadro agravado o governador no dia 22 de junho de 2020 faz outro pronunciamento mantendo o distanciamento social e todas as medidas.

Desta maneira, os comércios e toda a movimentação do mercado brasileiro e adjunto o alagoano para, entretanto, o ano de 2021 chega e com ele a notícia dos experimentos para uma vacina contra a covid 19, assim, a esperança de que tudo poderia voltar ao normal era possível e palpável, então em março de 2021 duas vacinas foram autorizadas por pelo menos uma autoridade reguladora nacional e no dia 25 de março mais de 508,16 milhões eram administradas pelo mundo. (PORTAL G1).

A vacinação no Brasil começa de forma tímida por grupos, começando primeiramente pelos profissionais da saúde, passando pelos grupos de pessoas de riscos, idosos, pessoas com deficiência (PCD) e doentes crônicos, até o grupo de não risco todos separados por idade. Em Alagoas, foram construídos diversos pontos de vacinação, e organizado por faixas etárias para a aplicação das vacinas.

Nos últimos anos, especificamente de 2022 para 2023, as informações e comprovações da eficácia da vacina foram sendo estabelecidas e atestadas, uma vez que, as suas fórmulas foram sendo aprimoradas, desta maneira, a vacinação no país cresceu e mesmo que a covid 19 tenha impactado a sociedade alagoana de maneira negativa a conscientização da vacinação faz hoje com que a população de Alagoas tenha uma cobertura vacinal de 80,09% em 2023 (CNS, 2023).

A partir deste quadro descrito e levando em consideração os objetivos deste trabalho, é válido destrinchar quais os impactos que a covid 19 gerou na educação especial e no Atendimento Escolar Especializado, uma vez que, os atendimentos mesmo com todas as restrições da OMS tiveram de continuar, todavia, evoca a curiosidade sobre as suas condições.

COMO SE DEU O AEE DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

É notável que a sociedade perpassa por mudanças e estas são intimamente responsáveis pelo molde, ou melhor, pela formação do cidadão requerido por aquele modelo social, contudo, estas modificações as quais marcam épocas são feitas de maneira gradativa, dando tempo para serem estudadas e implementadas nas instituições sociais.

Esta realidade se traduziu para os sistemas em um grande desafio, pois, em tempos tecnológicos a escola de ensino público brasileira não estava preparada para um deslocamento tão repentino e urgente, uma vez que, apesar de leis que começariam a rumar para estes acontecimentos, as ações para este fim, estavam ocorrendo a passos lentos, apresentando dificuldades principalmente para docentes, pois, não é apenas o: “esforço em conhecer o uso de um novo dispositivo, ou, ambiente virtual, aplicativo etc., mas, sim, pensarmos em como colocar isso em prática e de maneira com que o processo de ensino aprendizagem alcance seus objetivos.” (ALVES, 2018, p. 27).

Esta situação do AEE e da Covid-19 gerou problemáticas as quais tem como consequência a precarização da escola inclusiva agravando o quadro com a junção dos problemas do ensino presencial e do campo remoto, fazendo pensar em como ministrar um ensino com ferramentas que não se tinha conhecimento pela maior parte da comunidade escolar.

Isto é evidenciado no artigo vinculado a Revista Humanidades e Inovações por título “Encontro de Possibilidades do Ensino Remoto Emergencial no Atendimento Educacional Especializado”, neste trabalho é ressaltada esta questão quando abordam o uso tecnológico na narrativa docente os quais assinalam:

A narrativa dos educadores em relação às dificuldades em utilizar as tecnologias para o trabalho do AEE traduz esta situação. Essa realidade, pode representar a necessidade de investimentos do poder público à formação continuada de qualidade para os professores em relação à tecnologia, não só em meio a situação em que se está vivendo, mas como algo presente no processo de formação do professor. (PANTA; PICADA & PAVÃO, 2021, p.101).

Entremeado nesta descrição dos fatos, o modo de ensinar teve de se reinventar para que a formação educacional dos alunos não fosse prejudicada, a ideia inicial dos órgãos da educação era não estagnar o ensino e continuar a rotina de aprendizagem, porém, com essa mudança e as dificuldades já existentes no meio educacional, os docentes não tinham como dar suporte aos educandos, visto que, grande parte da comunidade escolar nunca tinha sequer participado, ou, tido formação para o ensino remoto.

Todavia, mesmo com os percalços da pandemia, os professores atuantes no AEE participantes do trabalho de Nunes & Dutra (2020) por titulação “Ensino remoto para alunos do Atendimento Educacional Especializado” mostraram que:

[...] as professoras AEE que participaram da pesquisa possuem uma formação acadêmica que está em consonância com a legislação vigente. Legitimando o espaço inclusivo no ambiente escolar, temos a Resolução nº 4, de outubro de 2009, que estabelece Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial (BRASIL, 2009, p.8)

Os participantes da pesquisa atendem a lei, no entanto, se reverbera a questão de como os professores em tempos de pandemia se portaram, ou melhor, o quanto eles se voltaram para a sua formação continuada, e para quem tinha um pensar que as procuras destes professores foram mínimas, a pesquisa de Nunes & Dutra (2020) mostra que os professores pesquisados no Rio Grande do Sul aproveitaram o tempo de reclusão para melhorarem a sua prática:

Desta forma, se destaca, dentre as inúmeras afirmações acerca da educação inclusiva, o papel do professor como mediador do processo de ensino-aprendizagem, e o quanto a formação deste profissional exerce forte influência nas ações planejadas pelo docente. (DUTRA, 2009, p. 9).

No entanto, é necessário que esta formação busque: “[...] confrontar e romper com estratificações dominantes, abrindo possibilidades para o devir-professor, ou seja, o professor que pode singularizar-se, tornar-se, fazer-se.” (GUATTARRI; RONILK, 1993, p. 74 *apud* CAMARGO; GOMES; SILVEIRA, 2016, p. 24).

Partindo desta conjectura, se a realidade de um país que a desigualdade social é grande; como promover acesso a aparelhos eletrônicos, a internet, sendo que tanto as comunidades urbanas quanto as rurais, a maioria não tem acesso a esses aparelhos? A situação não era piorada pelo fator de: “Os alunos do século XXI, das chamadas geração Y ou Z, aprendem por muitos canais de informação, utilizam várias ferramentas que dinamizam o aprendizado e querem poder instrumentalizar seu ensino com a tecnologia.” (SANTOS, 2015, p. 103).

O sazonal era de conhecimento do órgão gestor da Educação, visto que, na atualidade apesar de ser feito em uma escala menor o sistema educacional brasileiro já começou a introduzir a tecnologia no funcionamento interno das suas instituições, contudo, pela pouca formação para os professores em relação ao uso tecnológico eles tiveram que ser criativos pacientes com essa nova estratégia de ensino.

Em contrapartida, no âmbito escolar presencial o educador é voltado apenas para dentro da sala de aula, ou seja, há uma divisão da vida pessoal e profissional dele, entretanto, com a quarentena os profissionais da educação tiveram que tentar conciliar ambas as vidas, dobrando a sua carga horária de trabalho, perdendo a ciclicidade e a separação da funcionalidade dos locais, pois, diferente das aulas presenciais onde o professor era o profissional somente dentro das dependências da escola, na pandemia as suas atividades se concentravam dentro de um só lugar o qual ele não poderia sair que é a sua residência, fora a paciência e uma compreensão maior com seus alunos por não saber em que ambiente e situação estes alunos se encontravam.

Tanto professores como alunos também tiveram que conciliar os seus estudos com a vida pessoal, em busca não somente para os repasses de conteúdo, mas também, por esta relação que envolve a aquisição de saberes, no entanto, na procura de meios para esta adaptação repentina muitos deles adquiriram tarefas de casa que não tinham antes, ou melhor, que não executavam com tanta intensidade, unindo às tarefas cotidianas as escolares.

Os pais adaptaram a sua rotina com as dos filhos, tiveram que assumir o papel dos professores incentivando aos seus filhos a continuar os estudos, houve uma sobrecarga para todos, uma vez que, o ambiente que esta criança pode estar talvez não seja um ambiente preparado para o ensino, pois o ambiente implica muito no aprendizado, já no caso de alguns responsáveis, os desafios resvalaram em como ajudar seus filhos se os mesmos às vezes são analfabetos, havendo um todo um sazonal o qual indica que este aluno não tenha tido um bom aprendizado.

As aulas remotas foram necessárias para medidas emergenciais, foi um desafio emocional, estrutural, para ambas as partes, mas, tudo isso serviu para mostrar que a comunidade escolar dever ampliar o seu olhar em relação a um ensino digital o qual deve ser incluído nas escolas mesmo quando a aulas presenciais voltassem, incentivando os professores com formações na área tecnológica.

Há como os alunos aprenderem no ensino digital, mas, com condições corretas para a transmissão dos conteúdos. Para este fim, deve-se criar aulas engajadoras, procurando antes de tudo saber da realidade de vida dos seus alunos, quais os aparelhos eletrônicos possuem, qual o perfil de navegação e quanto tempo eles têm de acesso a rede de computadores.

Em meio a este enredo, não somente os sistemas sociais incluindo os da Educação tiveram que se adaptar ao novo, os alunos alvo da Educação Especial

também perpassou por este processo, e com um agravante, pois, dentro de casa o aparato disponível nas instituições de ensino não os acompanhava, desta forma, o atendimento poderia ficar comprometido.

Com a Covid-19, a realidade da Educação Especial periclitante, pois, a situação da pessoa com deficiência não fora priorizada ao ponto de os acompanhamentos não terem sido realizados pela falta de tecnologia que abarcasse o aluno especial, evocando a curiosidade de como foi dado o prosseguimento da escola inclusiva em tempo de pandemia.

Este percurso ocorre com toda a novidade, incluindo o aparato tecnológico, que é a marca da sociedade pós-moderna, todavia, nem toda a mudança é oriunda de um processo de reflexão, uma vez que, há acontecimentos os quais pedem que medidas sejam tomadas de imediato e uma destas situações ocorreu em 2020 com o surto pandêmico do Covid-19.

A pandemia se apresentou como marco negativo para a geração tecnológica e suas instituições, colecionando mortos dia a dia, "A pandemia exigiu que governos de todo o mundo tomassem diversas medidas de contenção, este fato teve enorme impacto social, sanitário, econômico e educacional, por impor a necessidade de grandes reorganizações de forma emergencial." (VITORINO; SANTOS; GESSER, 2021, p. 4) sendo obrigados a rever os seus processos e a ajustá-los ao novo normal, o estado de pandemia provoca o fechamento de comércios e estabelecimentos públicos provocando um colapso social no processo educacional.

Nesta perspectiva, as escolas incluindo as de educação infantil tiveram que fechar as suas portas e em questão de pouco tempo teve que rever todos os seus processos que vão desde a ministração dos conteúdos até a sua avaliação. Assim, o projeto de uma escola inclusiva tecnológica que estava ainda sendo construído teve que ser tirado do campo das ideias e colocado em prática sem a mínima estrutura.

As aulas no período da pandemia foram ministradas remotamente e neste percurso é válido se indagar como foi a qualidade do ensino, uma vez que, a estrutura escolar teve de ser adaptada as casas tanto do professor regente quanto as dos alunos, aprofundando ainda mais a curiosidade de como o atendimento AEE fora ofertado neste período, visto que,

Algumas situações requerem ações mais específicas por parte da instituição escolar, como nos casos de acessibilidade sociolinguística aos estudantes surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais (Libras), acessibilidade à comunicação e informação para os estudantes com

deficiência visual e surdo, cegueira, no uso de códigos e linguagens específicas, entre outros recursos que atendam àqueles que apresentam comprometimentos nas áreas de comunicação e interação (BRASIL, 2020, p.15).

Evocando a questão de como esta estrutura é necessária para a inclusão da pessoa com deficiência fora orquestrada no cotidiano pandêmico, uma vez que, mesmo com o ensino híbrido que é: “qualquer programa educacional formal no qual um estudante aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle dos estudantes sobre o tempo, o lugar, o caminho e/ou ritmo.” (HORN; STAKER, 2015. p. 34) os alunos da educação especial não estavam liberados para frequentarem a sala de aula antes da vacinação e mesmo que se tenha acesso às tecnologias presentes a geração Alpha, que apesar de nascer em um mundo movido pelo digital nem todos tem acesso ao tecnológico, inclusive entre os alunos Necessidades Educacionais Especiais (NEE), os quais frequentam a escola regular.

Além da questão dos alunos o que é focado nos estudos apresentados é a questão do docente frente aos processos, uma vez que, o docente não teve tempo para que tivesse uma formação a qual o tornasse apto para o exercício docente na pandemia e se tratando do professor que é destinado a lidar com a Educação especial a situação parece um tanto complicada, tendo esta ciência à primeira subcategoria foca nas capacitações em tempos de pandemia.

Quando a vacina chega os postos brasileiros o ensino passa a ser híbrido e conforme a sociedade fora voltando ao normal, as crianças voltaram a sala de aula, e o que se percebe de 2021 a 2023 é que as problemáticas vividas antes se acumularam e agora há uma corrida para que estas crianças sejam adaptadas ao sistema escolar e ao novo normal.

Entretanto, mesmo com o ensino híbrido os processos educacionais não melhoravam, visto que, mesmo com a troca do ensino as formações ainda continuavam rarefeitas e comparando com o sazonal vivido em Fortaleza no trabalho de Gomes *et al.* publicado em 2021 na Revista Educação em Debate narra que:

Referente à formação continuada, quando perguntadas se tinham recebido alguma formação para colocar em prática as orientações estabelecidas pela SME para o atendimento pedagógico domiciliar, durante o período de afastamento social, em virtude da COVID-19, todos os professores afirmaram que não receberam nenhuma formação em relação ao home office. Isto é, os professores estão tentando, diante da atual

circunstância, realizar o trabalho a partir da leitura das orientações da SME de Fortaleza (CE), em conversas on-line com a coordenação da escolar e as coordenadoras do Distrito de Educação responsáveis pelo setor da educação especial. (GOMES, 2021, p.147).

É indubitável que o tempo recluso possibilitou aos professores um tempo maior para se aperfeiçoarem, contudo, nos estados descritos houve duas tipologias de comportamento, uma a do Rio Grande do Sul foi à procura própria do professor pelo aperfeiçoamento, já a segunda postura é a de não recebimento de formação por parte do Estado e uma possível apatia pela não procura de formação em outra fonte, que é no caso da escola de Fortaleza - CE, não vamos elencar aqui a apatia docente, enfocaremos nesta parte a apatia do Estado.

A problemática está no oferecimento das formações visto que, o dinheiro repassado do FUNDEB, tem 60% dele destinado para a formação de professores, o que é mais que claro que, ou não está sendo feito, ou está sendo trabalhado de forma ineficaz o que no prisma do repasse de verbas não afere com a realidade, uma vez que, a União faz um aporte generoso para este fim.

Em suma, o que se pode concluir com estes dados apresentados é que a escola inclusiva apresenta desafios relevantes quanto ao seu funcionamento, se tornando perceptível no Atendimento Escolar Especializado com problemáticas que se alastraram durante o tempo, e que com a pandemia se potencializou acarretando outros desafios aos quais coadunam para o pensar que a escola pública não é eficaz mesmo tendo esforços de lei para que funcione, despontando desta maneira, uma avaliação não positiva deste processo e sendo difícil se adaptar ao novo normal, já que:

Para haver um “novo normal” é necessário que antes tenha tido um “normal” e as condições da maioria das escolas públicas do país, os salários da maioria dos professores da rede pública do país e as condições de trabalho dos profissionais da educação sempre estiveram muito longe de um mínimo de normalidade, pelo que é possível que o “novo normal” dificilmente se estabeleça nesses contextos. (OLIVEIRA, 2020, p. 24).

Oliveira (2020) assinala que a educação nunca esteve em uma normalidade aceitável e a prova disto é o período ao qual é vivido. Para que estas transições fossem bem-sucedidas primeiramente deveria haver uma formação para que professores se familiarizassem com o sistema digital, segundo que estes professores tivessem uma estrutura dentro da escola para que seus recursos fossem poupados,

além da resolução de questões como a condição salarial do professor, contudo este contexto não foi vislumbrado nas produções.

Com todas as questões elencadas acima, algo surge no horizonte que é a presença da rede de apoio neste processo resvalando na junção de outros profissionais dentro da escola, visto que, o professor do AEE necessita de outros profissionais junto a ele para que a aprendizagem e cognição sejam alcançadas.

E analisando o progresso das crianças com necessidades especiais, o que se nota a partir das pesquisas de Oliveira (2020) e Gomes *et al.* (2021) é que os conteúdos não foram bem passados e se isso não os ocorreu não foram aprendidos. Isto pode ser impulsionado pela falta, principalmente durante o período de pandemia, do acompanhamento profissional de psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, dentre outros, e desta forma os alunos apresentaram um retrocesso ao voltarem as suas rotinas escolares. Em suma, com os resultados apresentados o AEE na atualidade vem apresentando problemáticas oriundas de um trabalho passado, que infelizmente foi mal feito, fazendo com que o atendimento do presente seja sucateado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transpor nem sempre é fácil e tendo em vista o tempo vivido a dificuldade dessa transposição é potencializada, os quais não foram muito fáceis de serem tabulados, estas vivências mostram uma educação ainda sucateada que não pode em hipótese alguma se sentir apta em dizer que de fato há uma escola inclusiva e vem sucedida em território nacional.

E por ser mencionado este assunto, do que se entende através do levantamento bibliográfico é que um novo pensar educacional vem sendo criado não a partir de estudos e sim com medidas paliativas que apenas servem para reparar as problemáticas de forma temporária, fazendo com que as situações se aglomerem, e como consequência, gerem um sistema sucateado e desacreditado.

Parindo desse pressuposto, a avaliação do sistema do Atendimento Escolar Especializado, antes da pandemia vinha com um status de progresso quase que irrelevantes mesmo com a rede de apoio que possui, uma vez que, para o acompanhamento dos alunos com necessidades especiais desde a equipe escolar até as questões de matérias e metodologias tinham de ser revistos, entretanto, nos artigos lidos este progresso não era apresentado.

Com as problemáticas surgidas durante o período pandêmico estas situações novas foram se juntando a outras, havendo desta maneira um colapso na educação, uma vez que, não havia estrutura para que o atendimento pudesse ser feito em casa, assim, fazendo com que as crianças tanto as com deficiência quanto as ditas normais tivessem pouco, ou, nenhum aproveitamento dos conteúdos.

O que se pode notar do processo de inclusão do público alvo da Educação Especial é o descaso e o descompromisso com um processo que se materializa em lei, sendo demonstrado na prática como um serviço ineficaz em suas formações, na vinculação de informações, uma vez que nos trabalhos explorados os professores não tem conhecimento do que vem a ser o ensino remoto, fazendo com que a prática docente não ocorresse, além das práticas não abarcarem o estudante NEE, apenas transportando as problemáticas do ensino presencial pra o remoto, assim, piorando o quadro educacional.

Em suma, o AEE analisado nesta nova realidade tem de ser revisto, uma vez que, as antigas problemáticas se juntaram as novas causando, desta maneira, um colapso no processo educacional gerando alunos que passaram pelos anos de estudos sem que absorvessem o conteúdo de forma a significá-lo, e assim, gerar saber, mostrando que para que haja uma escola inclusiva na qual o AEE funcione tem de haver uma reforma na sua base legislativa e metodológica.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. D. F. Cenários e estratégias de aprendizagem integradoras: a complexidade e transdisciplinaridade legitimando a diversidade e o “habitar humano”. **Revista Terceiro Incluído**, v.5, n.1, Jan./Jun., 2021, p. 315-338.

ALVES, M. D. F. Práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas: autoconhecimento e motivação. Rio de Janeiro: Waked, 2018.

BRASIL, Casa Civil. **PROJETO DE LEI Nº 199, DE 2015**. Brasília, 2015.

BRASIL, Senado Federal. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – 2. ed. – Brasília, Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

BRASILEIRO. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp. 2, p. 1307-1324, maio 2021.

CARVALHO, R. E. **PARA ALÉM DA DIVERSIDADE, A DIFERENÇA**. 2005.

DECRETO **5.884 de 21 de abril de 1933**. Revista de Educação, v. 2, 1933.

DURKHEIM, E. **Educação e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FACHINETTI, T. A.; SPINAZOLA, C. C.; CARNEIRO, R. U. C. Inclusive education during the pandemic context: reporting challenges, experiences and expectations. **Educação em Revista**, Marília, v. 22, n. 1, p. 151-166, 2021.

FERREIRA, W. B. **Inclusão X Exclusão no Brasil**: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, D. (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

FONSECA, J.J.J.S. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2020.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. **Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva**. In: GLAT, R. (Org.). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. p. 15-35. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2007.

GLAT, R. ; PLETSCH, M. D . **O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva**. Benjamin Constant, Rio de Janeiro - RJ, v. 10, n. 29, 2004.

GOMES, R. V. B.; OZÓRIO, F. J. D G.; CAVALCANTE, P.; MUNIZ, Q. H. M. O TRABALHO DOCENTE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES EM TEMPO DE DISTANCIAMENTO SOCIAL. **Educação em Debate**, Fortaleza, ano 43, nº 84 - jan./abr. 2021.

MARTÍNEZ, LFP. A pesquisa qualitativa crítica. In: Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

MARTINS, H. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas 1845- 1846, São Paulo: Bomtempo, 2007.

MICARELLO, H. A. L. S.; MAGALHÃES, T. G. **Letramento, linguagem e escola**. Bakhtiniana, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, V. H. N. O antes, o agora e o depois": alguns desafios para a educação básica frente à pandemia de covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 19–25, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3984220. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/73>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PLETSH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva**: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar, Curitiba, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010. Acesso em: 20 de mar de 2023.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SCHWAMBERGER, C.; SANTOS, F. J. da S. PRÁTICAS DE ENSINO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19: é possível a inclusão das pessoas com deficiência?. **Revista Teias** v. 22 • n. 65 • abr./jun, 2021.